



ESCOLA CLASSE ETA 44



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Planaltina - DF

2023

SUMÁRIO

1.Apresentação	02
2.Histórico	03
3.Diagnóstico da realidade	06
4.Função social	08
5.Missão	09
6.Princípios	09
7.Objetivos da educação, do ensino e das aprendizagens	17
8.Fundamentos teóricos - metodológicos	18
9.Organização curricular	20
10.Organização do trabalho pedagógico	23
11.Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: concepções e práticas	32
12.Plano de ação para implementação do PPP	34
13.Planos de ação específicos	36
14.Projetos específicos	43
15.Acompanhamento e avaliação do PPP	49
Referências	50

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico é um documento elaborado coletivamente pela comunidade escolar com a finalidade de estabelecer a sua identidade frente às orientações gerais dadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Como evidenciado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 345) “O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação.”

O presente documento foi construído coletivamente com a participação de toda comunidade escolar, constituída pela equipe gestora, corpo docente, servidores, pais/responsáveis e estudantes.

Considerando as peculiaridades das escolas do campo e os documentos oficiais da Rede Pública de Ensino do DF que versam sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), na semana pedagógica, a equipe gestora apresentou aos servidores da escola o PPP até então vigente para conhecimento e análise. Posteriormente, nos espaços de coordenação coletiva, a leitura foi retomada para a sua reformulação e adequação ao novo ano letivo.

Nos encontros com o corpo docente ressaltou-se que os profissionais de educação que atuam em unidades escolares do campo, sem formação específica em Educação do Campo, deverão, necessariamente, participar de cursos, ou de outras ações de formação continuada em conformidade com os princípios definidos na Política de Educação Básica do Campo. Destacou-se, ainda, que a proposta de formação dos professores deve estar alinhada à perspectiva crítica-reflexiva a qual possibilita a transformação da realidade (ARROYO, 2012; CALDART, 2009), bem como, a compreensão dos princípios e fundamentos que permeiam as questões sobre a Escola do Campo. Ademais, que essa formação deve ser organizada a partir dos princípios da alternância, que consiste em construir um processo de diálogo permanente entre escola e comunidade, numa articulação permanente entre o processo de aprendizado desenvolvido no espaço escolar, na sala de aula, em consonância e a partir dos processos desenvolvidos na comunidade. Mais que alternância entre espaços e tempos educativos, a alternância pedagógica tem como princípio o diálogo entre saberes e conhecimentos, entre escola e comunidade.

Para consolidar tal prática, a comunidade escolar optou por manter o debate sobre o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, que constitui - se num instrumento investigativo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político - Pedagógico da unidade escolar, cuja essência como elemento técnico,

visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as.

Com a finalidade de resgatar um processo educativo transformador e oferecer aos estudantes uma escola prazerosa e inclusiva, este Projeto Político - Pedagógico (PPP) será complementado a partir de constante discussão, reflexão e avaliação, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sempre que se fizer necessário.

2. HISTÓRICO

Criada no ano de 1961, a Escola Classe ETA 44 iniciou suas atividades numa instalação onde funcionava o estábulo e silo dos antigos Escritórios Técnicos Agrícolas n.º 44 (ETA 44), do Ministério da Agricultura, atual CPAC/EMBRAPA. Posteriormente, foi reformada e ampliada em 1996, ganhando uma nova ala de salas de aula e infraestrutura mais completa.

Conforme o levantamento realizado na escrituração escolar desta instituição de ensino, já foram ministradas aulas nos níveis de Educação Infantil - Pré-escola; do Ensino Fundamental de 1.ª a 6.ª séries, de 1.ª a 4.ª etapas, de Ciclo Básico de Alfabetização, de 1.ª e 2.ª Fases de Formação da Escola Candanga, de Supletivo – Fases I e II e de EJA (Educação de Jovens e Adultos) – 1.º Segmento, atendendo alunos das mais diversas faixas etárias.

Em 2013, a escola passou a fazer parte do PROEITI, Programa de Educação Integral em Tempo Integral. Nesta ocasião, os alunos passaram a estudar dez horas diárias e o número de professores dobrou, uma vez que, cada turma passou a ter dois professores regentes e horários com professor de Educação Física. Além disso, a escola passou a contar com cinco monitores do Programa Jovem Educador Voluntário.

A falta de estrutura física tornou-se, com o tempo, um grave problema o qual começou a comprometer o processo ensino-aprendizagem, levando à decisão coletiva e democrática de interromper a adesão a este projeto no final do ano de 2015, até que a escola fosse reformada e ampliada, o que veio a ocorrer no final do ano de 2016. Dessa forma, foi realizada uma nova consulta com a comunidade escolar, a qual optou pelo retorno da Educação Integral, porém, com alterações como a adesão voluntária e duração de 08 horas diárias.

Em 2018, a escola passou por mais uma reforma e ampliação de seu espaço físico, sendo contemplados: a sala de leitura, a cozinha dos professores e servidores e, ainda, os banheiros para os funcionários.

Em 2019, houve a construção da quadra poliesportiva através de recursos provenientes do Ministério Público do Distrito Federal, oriundos de pagamento de multa por improbidade administrativa.

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do novo Coronavírus, dentre as medidas para garantir a segurança da população e evitar a proliferação da COVID-19 pelo Governo do Distrito Federal, estava a suspensão das aulas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Frente a isso, a diretora Élvia Cardoso da S. Lima e a vice-diretora Antonia Graziela Martins Ferreira, responsáveis pela gestão da unidade escolar, optaram pelo trabalho em revezamento com os servidores de vigilância para resguardar o patrimônio, supervisionar a reforma e as obras nas instalações da escola, apoiar os colaboradores terceirizados que estavam em trabalho presencial. Posteriormente, de acordo com o Plano de Ação estabelecido pela Portaria nº 120, de 26 de maio de 2020 e das Orientações à Rede Pública de Ensino para o retorno às Atividades Pedagógicas – no contexto da COVID -19 (Julho de 2020), realizaram o diagnóstico da comunidade escolar e orientaram a elaboração, execução e avaliação para o aperfeiçoamento do “Plano de Gestão Estratégica para Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais”.

No decorrer do ano letivo de 2020, a escola foi contemplada com a troca de toda a instalação elétrica, substituição de parte do telhado por uma cobertura com isolamento térmico, revitalização do poço artesiano, pintura e ampliação das salas de aula e do piso externo, reforma dos banheiros, entre outras benfeitorias para melhor atender os estudantes e, conseqüentemente, ofertar uma educação de qualidade. Vale ressaltar que as empresas responsáveis pela reforma e as obras atenderam com atenção as medidas de segurança para evitar a propagação da COVID- 19.

No segundo semestre de 2021, as escolas públicas do DF têm as suas atividades presenciais retomadas, conforme decreto nº 42,253, de 30 de junho de 2021, seguindo um rígido protocolo de biossegurança.

Em 2022, a escola inicia o ano letivo em regime 100% presencial para todos os estudantes e profissionais. Com recursos provenientes de Emenda Parlamentar, a escola deu início à construção da cobertura da quadra poliesportiva para garantir maior qualidade à prática esportiva (voleibol, basquetebol e futsal) e atividades recreativas e pedagógicas, proporcionando usufruto à comunidade escolar e local, entre eles: adolescentes, jovens, adultos, idosos e associações de moradores. Em dezembro desse mesmo ano, teve início a construção da fossa biodigestora na escola, com o recurso financeiro advindo da SEEDF, bem

como da instalação do sistema hidrossanitário.

O Projeto Político-Pedagógico da EC ETA 44 propõe atividades educativas voltadas à realidade do campo, garantindo acessibilidade, assistividade e atenção às demandas específicas com necessidades especiais, de modo que toda a comunidade participe das práticas oferecidas, respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências, e as legislações que regem os sistemas de ensino.

Atualmente, a escola atende 93 estudantes. Oferta a Educação em Tempo Integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Possui uma turma de 1.º período e uma de 2.º período na Educação Infantil (1º ciclo), uma turma de 1.º ano, uma de 2.º ano e uma de 3.º ano, que fazem parte do 2.º ciclo (Bloco I), além de uma turma de 4.º ano e uma de 5.ºano, que também fazem parte do 2.º ciclo (Bloco II).

DADOS DA UNIDADE ESCOLAR

INEP	53006429
Telefone	(61) 99675-9795
Endereço	BR 020, Km18, CPAC/EMBRAPA Planaltina- DF
Criação	Setembro de 1962, Portaria nº17, de 07 de julho de 1980 SEE/DF
Turnos	Matutino e vespertino
Oferta	1.º e 2.º Período da Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Ed. Em Tempo Integral
Modalidade	Educação do Campo

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
07	Salas de aula
02	Banheiros (masculino e feminino) para professores
01	Banheiro para servidores
01	Banheiro preferencial - estudante - PCD (Pessoa com Deficiência)
02	Banheiros (masculino e feminino) para estudantes
02	Banheiro (masculino e feminino) para Educação Infantil
01	Pátio coberto
01	Cantina escolar
01	Cozinha
01	Sala de professores
01	Sala: coordenação e almoxarifado escolar
01	Direção

01	Secretaria escolar
01	Sala de leitura
01	Sala para EEAA e SOE
01	Quadra poliesportiva
01	Parque infantil
01	Horta pedagógica com captação de água das chuvas
02	Reservatórios de gás

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

01	Diretora
01	Vice-diretora
01	Chefe de secretaria
01	Coordenadora pedagógica local
01	Sala de leitura (professora readaptada)
01	Suporte Pedagógico ao professor regente (professora readaptada)
01	Pedagoga - SOE
01	Pedagoga - EEAA
01	Apoio técnico-administrativo (professor de disciplina considerada extinta)
09	Professoras (07 em regência e 02 para Educação em Tempo Integral)
05	Carreira Assistência à Educação/ Vigilância
02	G&E Eventos /Cozinheira
03	Empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda. Conservação e Limpeza

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A Escola Classe ETA 44 é uma escola do campo, localizada a 13 km de Planaltina-DF, nas imediações da BR 020, km 18, Embrapa - CPAC.

Sua clientela é formada por filhos de caseiros de chácaras da região, moradores do núcleo rural Sarandi e adjacências: Sítio Novo I e II, Grotão, Lagoa Bonita e Água Rasa. Além disso, alguns estudantes são filhos de funcionários do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado / EMBRAPA.

A diversidade socioeconômica-cultural é característica da comunidade local. Trata-se de uma realidade singular, em que, uma parcela de moradores possui terreno próprio, porém com moradia modesta. Por outro lado, nota-se um número significativo de moradores que pertenciam ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Algumas famílias receberam pequenas propriedades/lotês de terreno e não permaneceram organizadas no Movimento.

Observa-se que é uma comunidade rural, com comércio pouco desenvolvido nas

proximidades. O acesso à telefonia celular é limitado e a telefonia fixa inexistente. Os moradores recebem a visita de um médico uma vez ao mês na Sede da Associação dos Moradores do Sarandi.

Devido à proximidade da região com a área urbana, muitos moradores trabalham na cidade. Além disso, há pessoas que prestam serviço braçal nas chácaras vizinhas, e às vezes atuam como caseiros. Há também moradores aposentados e outros inscritos em Programas de Benefícios ao Cidadão. Quanto à produção agrícola nas chácaras, ela se limita à hortas e produção para alimentação animal.

Os estudantes dependem do transporte escolar locado pela SEEDF para acesso à escola, o transporte público circula somente três vezes ao dia em linha limitada. Em relação à alimentação, percebe-se que as refeições servidas na escola são fundamentais para a complementação nutricional de muitos estudantes.

A escola deve ser compreendida como um espaço de experiência da política, da cultura e da economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, produzindo valores e conhecimentos na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 53). Portanto, a escola não se constitui como um mero lugar, mas sim um espaço-tempo concebido para a construção coletiva do conhecimento e para a socialização e as aprendizagens de crianças, adolescentes, jovens e adultos, mediado por profissionais da educação devidamente qualificados e valorizados.

No processo de enturmação, a escola contempla estudantes matriculados em Classe Comum e de Integração Inversa - classe com modulação diferenciada/reduzida constituída por estudantes de Classe Comum, juntamente com estudantes com DI, DF, DV, DMU ou conforme previsto na Estratégia de Matrícula.

No intuito de melhor atender e intervir nas particularidades apresentadas por este grupo de estudantes, a Escola Classe ETA 44 busca estimular e sensibilizar os docentes para que desenvolvam propostas pedagógicas diferenciadas e significativas com o objetivo de alcançar melhores resultados. Concomitantemente, cada membro do corpo discente é avaliado em suas singularidades pedagógicas e reagrupados de acordo com seu diagnóstico da psicogênese, acompanhados pela coordenadora pedagógica, equipe gestora e serviços especializados (SOE e SEAA).

Outro fator importante de análise ao que tange à avaliação da nossa UE, que também orienta a nossa ação pedagógica, é o resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica), uma das avaliações externas a que somos submetidos, o qual registramos abaixo:

Meta para a UE	IDEB 2019	IDEB 2021
6,1	5,0	5,5

Embora haja uma ascensão dos resultados obtidos entre o ano de 2019 e 2021, estamos cientes que ainda não atingimos a meta proposta para a escola, o que implicou em análises e planejamento que serão apresentados de forma específica no campo “Projetos específicos da Unidade Escolar” deste PPP. Faz-se necessário, também, se atentar para os níveis elencados como adequado, suficiente e insuficiente, por este mesmo recurso:

Disciplina/nível alcançado	Adequado	Suficiente	Insuficiente
Português	16	42	42
Matemática	-	58	42

*Todos os dados do IDEB foram extraídos do documento “SAEB 2021 - resultado da CRE Planaltina”

Destacamos que o ano letivo de 2023 iniciou-se com 93 estudantes matriculados distribuídos da seguinte forma:

ESTUDANTES MATRICULADOS POR TURMA

Período/Ano	Matutino	Vespertino
1.º Período Educação Infantil	13	-
2.º Período Educação Infantil	15	-
1.º Ano	15	Educação em Tempo Integral
2.º Ano	12	
3.º Ano	16	
4.º Ano	10	
5.º Ano	12	

Fonte: Secretaria Escolar, Sistema de Gestão i-Educar, 24/04/2023.

4. FUNÇÃO SOCIAL

A EC ETA 44 eleva e compartilha o conhecimento, desenvolvendo a consciência crítica e fazendo com que o discente seja capaz de analisar sua realidade e origem, respeitando o próximo e ao meio-ambiente, além de se reconhecer como agente transformador da realidade. Por conseguinte, tendo cumprido essas premissas, a escola garante condições para

uma trajetória de sucesso e inclusão social. A escola torna-se, portanto, um local importante na construção de cidadãos críticos, autônomos e criativos, norteados por princípios éticos e inovadores, uma vez que, investe em métodos de aprendizagem que venham atenuar as desigualdades sociais garantindo o ensino de qualidade para todos.

Acreditamos que a oferta de um ensino de qualidade favorece ao aluno ampliar suas relações interpessoais, articulando seus interesses e pontos de vista e respeitando a diversidade. É preciso, assim, ter consciência que requer um compromisso coletivo em favor de uma prática pedagógica que possibilite ao estudante desenvolvimento das aprendizagens alicerçado nos quatro pilares da educação, conforme previsto no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors (2010): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Entendemos que o Projeto Político - Pedagógico possui papel inclusivo ao passo em que enxerga e possibilita a participação da comunidade no auxílio da tomada de decisões, buscando soluções e mantendo boa convivência com a escola.

5. MISSÃO

A Escola Classe ETA 44 tem como missão oferecer um ensino de qualidade a todos os estudantes, garantindo os direitos de aprendizagem e, ainda, respeitando a diversidade, em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero e etnia; comprometendo-se com a busca de práticas pedagógicas diversificadas e prazerosas.

6. PRINCÍPIOS

A Escola Classe ETA 44 baseia suas ações nos documentos da Secretaria de Estado de Educação do DF. Como ressalta o Currículo em Movimento, no momento de revisão do currículo anterior,

optou-se por manter as concepções teóricas e os princípios pedagógicos da 1ª edição do Currículo em Movimento: formação para Educação Integral; Avaliação Formativa; Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; Currículo Integrado; Eixos Integradores (para os Anos Iniciais: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade; e, para os Anos Finais: Ludicidade e Letramentos) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade). Também primou-se pela manutenção da estrutura de objetivo de aprendizagem e conteúdo por entender que esses são elementos que corroboram os

pressupostos teóricos assumidos enquanto fundamentos de currículo da SEEDF. (p. 08)

Seriam estas, em linhas gerais, as concepções e os princípios que regem o trabalho desenvolvido em nossa escola. De forma mais específica destacaremos alguns princípios fundantes de eixos basilares que norteiam o nosso trabalho:

A) EDUCAÇÃO DO CAMPO

O conceito de Educação do Campo emerge da luta empreendida pelos sujeitos do campo e suas organizações, visando a superar a situação de desvalorização na qual o meio rural se encontra imerso. Essa luta envolve, também, a busca da garantia do direito a uma educação do e no campo, ou seja, pretende-se que as “pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve se dar a partir de sua própria história, cultura e necessidades”.(DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 44).

A escola, nesse sentido, deve ser compreendida como um espaço de experiência da

[...] política, da cultura e da economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 53).

A partir desse entendimento, a SEEDF implementa políticas educacionais regulamentadas por documentos normativos para a Educação Pública do Distrito Federal, que concomitantemente, à informações contidas nos marcos conceituais e normativos que regem as políticas da Educação do Campo nos âmbitos nacional e distrital, orientam o trabalho realizado na Escola Classe ETA 44, sendo documentos de referência: o Plano Distrital de Educação (PDE) - 2015/2024, a Resolução nº 02, de 1º de dezembro de 2020, e as Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF.

Ressaltamos, neste contexto de princípios, conforme previsto na Resolução nº 02, de 1º de dezembro de 2020, em seu parágrafo único, que

A organização e o funcionamento das escolas do campo, considerados os recursos didáticos e tecnológicos, devem respeitar as características próprias da população atendida, atividade econômica, cultura, tradição e estilo de vida, adaptando o calendário escolar às fases do ciclo agrícola, condição climática e fatores geográfico, cultural e ambiental, destacando-se os princípios da metodologia da pedagogia da alternância, onde prevalece a interação de técnica científica com a realidade do estudante.

Outro ponto norteador que queremos destacar como princípio para a educação desenvolvida na EC

ETA 44 encontra-se no Plano Distrital de Educação 2015/2024, em sua meta 8:

Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Faz-se necessário destacar, ainda, ao pensar no trabalho educativo desenvolvido na EC ETA 44, alguns princípios estabelecidos pelas Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF, os quais aparecem consolidados no art. 76 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015, pp.25-26), elencados a seguir:

- I. o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- III. a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, aos fatores geográficos, culturais e ambientais locais, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências;
- V. o desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas das populações do campo, identificados por meio de um inventário da unidade escolar e da comunidade, como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade, de forma que os saberes e os fazeres do povo camponês constituam referência para a práxis pedagógica;
- VI. a organização do trabalho pedagógico pautada no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade por meio de processos democráticos participativos, e na alternância, como princípio e como método, quando se aplicar.

Vale ressaltar as matrizes formativas dos sujeitos apresentadas nas Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF. Tais matrizes são os pilares da Política de Educação do Campo e representam marcos conceituais para identificação das unidades escolares como Escolas do Campo. Segue uma breve apresentação desses conceitos, a título de esclarecimento sobre suas relações com os princípios da Educação do Campo. Ressalte-se que, devido à complexidade teórica que pode envolvê-los, não houve a pretensão de abarcar todas as acepções possíveis.

- **Terra** - espaço de produção de vida, lugar de construção de territorialidades emergentes da relação homem e natureza. Constitui-se matriz formadora, pois carrega em si sua própria pedagogia, uma vez que, “pela agricultura, o ser humano se apropria da terra como produção de vida e de si mesmo, modifica a

terra e se modifica”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012. p. 558)

- **Trabalho** - relação fundante da criatividade camponesa, ação direta e mobilização de forças produtivas inovadoras. Na Educação do Campo, a matriz trabalho é considerada princípio educativo. “Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico, no qual se parte do trabalho como produtor dos meios de vida tanto nos aspectos materiais quanto culturais”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 749)
- **História** - legado da memória, imaginário social significativo para as identidades locais. Assim, “a escola é um lugar que recupera e trabalha com os tesouros do passado. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo em que busca conhecer profundamente a história da humanidade”. (CALDART, 2003, p. 76)
- **Cultura** - “trata-se da criação e da recriação que emerge das relações nas quais os seres humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios”. Esta matriz relaciona-se diretamente com a matriz terra, quando “essas transformações se dão na ordem material, ou seja, quando a criação e a recriação tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 179). Aliados a essa dimensão, somam-se os aspectos imateriais da cultura (LARAIA, 2001), que dialogam com as criações que independem do trabalho a partir da terra, como contação de histórias, poesias, cantigas, danças, brincadeiras, técnicas de produção artesanal, receitas etc.
- **Luta Social** - processos de conquista de territórios e direitos, consolidação das sociedades camponesas em seus espaços. “As lutas sociais são enfrentamentos organizados, portanto coletivos, de determinadas situações sociais, na defesa de interesses também coletivos, feitos, de forma massiva, pelas próprias pessoas envolvidas na situação” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 548).
- **Vivências de Opressão** - conjunto de experiências conformadoras de visões de mundo próprias e resilientes dos sujeitos, cuja história de resistência na luta pelo seu modo de vida lhes confere ricos conhecimentos de organização popular e adaptação ao seu meio. Freire reconhece, em sua obra *Pedagogia do oprimido*, que nas vivências de opressão, os sujeitos do campo e outros sujeitos (coletivos e movimentos sociais) trazem seus saberes, pedagogias de aprendizados das vivências cruéis da subalternização. (ARROYO, 2012. p. 13-

14).

- **Conhecimento Popular** - conhecimento que parte dos sujeitos e apresenta soluções e formas inovadoras de criação e técnicas. No geral, os saberes tradicionais se perpetuam pela transmissão geracional e, na maioria das vezes, se encontram não sistematizados. “Se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p.179).
- **Organização Coletiva** - capacidade de mobilizar forças sociais para ações de cidadania ativa e reivindicação de direitos coletivos. Diz respeito a um sujeito social e se refere à associação de pessoas que passam a ter uma identidade de ação na sociedade, e, portanto, de formação e organização em vista de interesses comuns e de um projeto coletivo.

Essas matrizes deverão ser consideradas nos debates realizados nas Coordenações Pedagógicas, no processo de construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos das unidades escolares do campo, na organização do trabalho pedagógico e em propostas de formação continuada.

Compreendemos que os critérios e princípios estabelecidos nos documentos normativos deverão ser observados e analisados por essa unidade escolar, entendendo que os direitos da Educação do Campo, em relação à oferta das diferentes etapas e modalidades não diferem daqueles que usufruem as unidades escolares urbanas. Recomenda-se, porém, que devem ser feitas as devidas adequações em relação às possibilidades de organização do trabalho pedagógico considerando as peculiaridades locais.

B) EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral inscreve-se no campo das políticas sociais e suas ações, estão respaldadas por legislação consistente, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as quais mostram que o dever do Estado para a Educação Básica vai além da escola, incluindo, assim, o atendimento aos estudantes, em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas, as quais exigem a ampliação do tempo de ensino obrigatório no Brasil.

Com relação à Educação em Tempo Integral, a publicação “Diretrizes para Educação Integral” é o documento norteador para implementação desta política no âmbito do Distrito

Federal. Os princípios ali elencados são: a integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização e trabalho em rede e convivência escolar. Apresentaremos, a seguir, cada um deles de forma sucinta devido a importância dos mesmos como referência para o trabalho pedagógico desenvolvido nesta Unidade Escolar.

Ao tratarmos de **integralidade**, entendemos que “refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BNCC, p14).

Para compreender o conceito de **intersetorialidade**, nos ombreamos na definição da professora Stela da Silva Ferreira, que em sua publicação “Educação Integral e Intersetorialidade”, do Salto para o Futuro, do Ministério da Educação, afirma que:

“a intersetorialidade na Educação Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).”

A **transversalidade** já permeia os documentos da educação desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Trata-se de pôr em prática a “concepção interdisciplinar do conhecimento”.

Com relação ao **diálogo escola-comunidade**, a BNCC menciona que para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a Instituição de Educação são essenciais, ressaltando ainda que a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

Quanto à **territorialidade**, os estudantes têm a oportunidade de trabalhar com conceitos que sustentam ideias plurais de natureza. Dessa forma, eles podem construir uma base de conhecimentos que incorpora os segmentos sociais culturalmente diferenciados e também os diversos tempos e ritmos naturais. Essa dimensão conceitual permite que os alunos desenvolvam aproximações e compreensões sobre os saberes científicos – a respeito da natureza e do território presentes nas situações cotidianas (BNCC p.365).

Por fim, o **trabalho em rede** e a **convivência escolar** referem-se e atendem à organização e ligação dos órgãos e instituições educacionais que compõem a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme Regimento Escolar da Rede Pública de

Ensino do Distrito Federal.

Estes princípios são advindos de uma longa caminhada de estudos coletivos onde percebemos toda sua fundamentação em pressupostos teóricos, numa reflexão em torno das questões: Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar? Acreditamos que seguindo as Orientações Pedagógicas e as Diretrizes de Avaliação, estamos no processo de vivências fundamentais para a efetivação da Educação de Qualidade no Distrito Federal.

Abarcando as informações anteriores, a Escola Classe ETA 44 impõe-se como desafio permanente difundir novas relações de trabalho pedagógico, incluindo a prática de dividir tarefas pensando no bem-estar de toda comunidade escolar. Organizamo-nos coletivamente por meio de relações que produzem e reproduzem valores, alternando comportamentos, costumes e ideias.

A escola procura desenvolver inúmeras atividades, acreditando na concepção de que é um espaço de aprendizagens significativas, envolvendo uma mudança da postura pedagógica.

“[...] o compromisso em elaborar um marco mais geral, segundo o qual, cada uma das disciplinas em contato será modificada, passando a depender uma das outras. Assim, estabelece-se uma interação entre as disciplinas, trazendo uma intercomunicação e um enriquecimento recíproco e, em consequência, uma transformação de suas metodologias, conceitos, terminologias fundamentais, etc (SOUZA, 1997. p.13).”

Através da relação entre prática-teoria-prática, temos como objetivo garantir que os educandos sejam estimulados a perceber como se utilizam na prática social os conhecimentos que vão produzindo na escola. Temos uma grande preocupação com as habilidades que serão desenvolvidas, conhecimentos práticos, que somente ações concretas podem proporcionar.

A **participação coletiva** provoca os estudantes à vivências e assegura aos mesmos o direito de ter vez e voz no cotidiano escolar. Os métodos de ensino ou a didática utilizada pelos educadores devem incentivar os estudantes a se assumirem como sujeitos do processo ensino- aprendizagem: que têm opiniões, posições, contestações, questionamentos, dúvidas, entre si, com os educadores, pais e outros. O dia-a-dia escolar deve ser espaço de aprendizagem e também da fala, da discussão, da expressão de sentimentos.

Busca-se, a partir de uma **ação intencional e planejada**, promover uma interlocução entre as atividades escolares e a realidade social, questionando as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas, possibilitando a construção de alternativas de mudança e intervenção transformadora nessa realidade. Assim, a intervenção do/a professor/a

como orientador/a e mediadora /a dos conflitos nas situações de aprendizagem e relações interpessoais é indispensável para construção da autonomia intelectual e moral do/a estudante.

Uma **aprendizagem significativa** pressupõe a aquisição de valores, ressignificação das relações de e para a aprendizagem, contextualização e a inter-relação de áreas do conhecimento. Os componentes curriculares, interdisciplinarmente, assumem também o caráter formativo. Sendo assim, o lúdico, a problematização e a dialética perpassam todo o percurso da vida escolar na Educação Básica.

O trabalho realizado contempla, assim, a articulação dos conhecimentos escolares de forma a organizar as atividades de ensino e aprendizagem. Isto implica em considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos estudantes.

C) EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresenta a Orientação Pedagógica da Educação Especial, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Inclusão Educacional (MEC/SEESP, 2008), que tem como objetivo garantir acesso, participação e condições adequadas de aprendizagem aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente, em classes comuns do ensino regular.

O pressuposto básico da **Educação Especial** é a acessibilidade do estudante com necessidades educacionais especiais à educação de qualidade, preferencialmente em ambientes inclusivos, a fim de que esse se beneficie de oportunidades educacionais favorecedoras de sua formação pessoal.

Compreende-se a **Educação Inclusiva** como processo primordial para a formação educacional da pessoa com deficiência, bem como favorecedor de uma educação voltada ao respeito a toda e qualquer diferença proveniente de qualquer aspecto constitutivo do ser humano, seja social, cultural, econômico, físico, biológico, afetivo, emocional. Sabe-se que a educação pautada no indivíduo lhe possibilita o alcance de condições favoráveis à sua efetiva participação social. Por isso, reafirma-se a importância de viabilizar condições reais de oferta de Educação Inclusiva no sistema de ensino do Distrito Federal por meio de investimentos de recursos financeiros e de pessoal. E por isso, também, é um princípio significativo para a realização do trabalho pedagógico em nossa escola.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Nesses casos e outros que implicam transtornos funcionais específicos, a Educação Especial atua de forma articulada com o ensino regular, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC/SEESP, 2008, p.9).

A Organização Escolar em Ciclos coaduna com a proposta de Educação Inclusiva. Esses estudantes estarão em turmas regulares, com exceção das turmas especiais que possuem regras diferenciadas de acordo com a Estratégia de Matrícula - documento oficial da SEEDF que regulamenta a organização das turmas.

A Escola Classe ETA 44, ao experienciar as relações entre Educação Especial e Educação do Campo, procura garantir o objetivo que há em comum em ambas: ampliar o acesso e a permanência aos estudantes/público-alvo, respeitando suas singularidades.

7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

OBJETIVO GERAL

Promover na escola um ambiente propício à reflexão-ação-reflexão constante, acerca da práxis pedagógica, transformando-a em aprendizagens significativas de forma a atenuar as desigualdades sociais, garantindo o ensino de qualidade para todos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, respeitando seus interesses e suas necessidades;
- Otimizar ações que estimulem a participação da comunidade escolar favorecendo o fortalecimento das diretrizes traçadas para a qualidade do trabalho pedagógico;
- Criar e otimizar situações que favoreçam a inclusão através de trabalho voltado para o respeito e aceitação das diferenças de etnia, gênero, credo, posição social e pessoas com deficiência;
- Garantir o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Generalista na EC ETA 44 e encaminhar, sempre que necessário, para a Sala de Recursos

Específica, os educandos matriculados nesta Unidade de Ensino;

- Manter e ampliar, respeitando as normas de acessibilidade, a construção e reestruturação de salas de aula na escola, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física para melhor atender a Educação Infantil.
- Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização dos estudantes;
- Promover e ofertar a Educação em Tempo Integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 9 (nove) horas diárias durante todo o ano letivo;
- Desenvolver instrumentos que possibilitem a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as metas propostas do IDEB para o DF;
- Garantir a estruturação curricular e pedagógica, voltada à realidade do campo, enfatizando as diferentes linguagens e os diversos espaços pedagógicos conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Realizar o planejamento pedagógico com base no Guia metodológico para uso nas Escolas do Campo – Inventário da Realidade (Roseli Caldart, 2016) e na Proposta Didática para Construção de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo (SEEDF, 2016), no intuito de subsidiar e garantir a organização das ações a serem desenvolvidas pelas Unidades Escolares na construção do Inventário;
- Garantir que os princípios e os objetivos precípuos da Educação do Campo sejam seguidos e colocados em prática de acordo com a realidade local.

8. FUNDAMENTOS TEÓRICOS - METODOLÓGICOS

A Constituição Federal em seu artigo 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, Art 205).

Nestes termos, a escola sendo um espaço democrático tem o dever de priorizar a

construção de um projeto educacional que contribua para a democratização de saberes, garantindo a todos o direito de aprendizagem e à formação cidadã.

Além das exigências constitucionais, nos orientamos pelas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei 9394/96, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de todo o arcabouço emanado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, como as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF, os diversos volumes de Orientação do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, a Organização Curricular/Ensino Fundamental/2ºCiclo/ Anos Iniciais/ 2022.

A fundamentação teórica do trabalho desenvolvido em nossa escola tem como referência a Pedagogia História-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural, conforme norteiam os documentos oficiais da SEEDF. Esta opção é multifatorial e, conforme ressalta o Currículo em Movimento da Educação Básica em seu volume sobre pressupostos teóricos,

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o estudo dos conteúdos curriculares tornará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. (SEEDF, Currículo, p.32)

Neste sentido, a prática social passa a ser compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica. Lembrando que a função primordial e inicial da escola é garantir a aprendizagem de todos os estudantes. Para a Psicologia Histórico-Cultural a aprendizagem

não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Assim, aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização. (Currículo em Movimento, pressupostos teóricos, p. 33)

É necessário, entretanto, considerar as possibilidades de diversificação dos espaços e tempos escolares, de maneira coerente com as características, necessidades e possibilidades das comunidades escolares, constatadas por meio do Inventário e espelhadas nos PPP propostos. Tais possibilidades, previstas nos princípios e metodologia da Pedagogia da Alternância, são coerentes com os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, apresentada nos documentos que integram o Currículo em Movimento. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

Os pressupostos teóricos específicos da Educação do Campo têm sua origem nas matrizes formativas de seus sujeitos, tendo o campo como referência e como base desse processo formador. Citando Freire (2000) e Mészáros (2012), Barbosa afirma que esse processo está relacionado com uma perspectiva libertadora e emancipatória, que vincula a educação ao destino do trabalho (entendido como produção da vida e não apenas na sua forma capitalista- assalariada), que objetiva transformar o trabalhador em um ser político que pensa, age e se utiliza da palavra para transformar o mundo. (BARBOSA, 2012 apud SEEDF, 2014, p. 46).

Destacam-se, entre os pontos comuns presentes nos pressupostos da SEEDF e nos marcos normativos nacionais, a existência de uma inter-relação entre escola/comunidade, entre território da escola/território da comunidade e entre vida/currículo escolar. Por esse motivo, deve ser destacada a importância da realização de pesquisas, análises e reflexões para subsidiar a elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das comunidades que abrigam as unidades escolares do campo. Esse Inventário, por sua vez, deverá fundamentar a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos, do currículo integrado e das formas de organização curricular e do trabalho pedagógico das unidades escolares do campo.

Considera-se essa a fundamentação teórica que guia as ações executadas pela Escola Classe ETA 44.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Orientações Curriculares Nacionais, nas Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, no Currículo da Educação Básica, na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF).

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano com respeito à diversidade e a suas múltiplas dimensões, de forma emancipatória. Além disso, a prática didático-pedagógica sustenta-se a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Os eixos transversais devem passar os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

O Currículo propõe ainda Eixos Integradores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade, com o entendimento de que eixo é

algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir da alfabetização e dos letramentos, sem perder de vista a ludicidade.

Na Educação Infantil os Eixos Integradores do Currículo são tidos como elementos basilares do trabalho educativo com as crianças, sendo eles: Educar e Cuidar, Brincar e Interagir. Estes eixos, de acordo com o Currículo em Movimento, "precisam ser considerados juntamente com os Eixos Transversais do Currículo em Movimento: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade”.

Esses eixos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. É essa organização que propará intervenções didáticas em atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe ETA 44, procura assegurar que sejam observados e desenvolvidos os Eixos Transversais propostos pela SEEDF: Educação para a Diversidade; Educação para a Sustentabilidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos. Assim, propõe-se a articulação entre todos eles e os conteúdos/objetivos de aprendizagens por meio de quatro **temas geradores: água, campo, cultura popular e Brasil**. A cada bimestre um dos temas geradores norteará o alinhamento dos conteúdos que serão trabalhados, favorecendo, desta maneira, a interdisciplinaridade.

Compreendemos que para termos uma educação de qualidade se faz necessário um ambiente favorável, uma proposta de trabalho pedagógico construída coletivamente e um currículo que respeite e valorize a diferença e a diversidade. Sendo assim, reafirmamos que esta U.E. tem como referência o Currículo em Movimento do Distrito Federal da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e prioriza os seus eixos transversais e integradores.

Para a operacionalização do currículo, estaremos desenvolvendo nosso trabalho por meio de projetos diversificados a longo e a curto prazos, os quais envolvem toda a instituição. Ressaltamos que para além dos projetos coletivos os professores têm autonomia para criar outros em suas salas de aula conforme o desenvolvimento e avaliação dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar.

Entendemos que os eixos transversais assumidos no Currículo em Movimento da SEEDF dialogam com as Diretrizes da Educação do Campo e exigem a criação de estratégias

pedagógicas para abordá-los. Tendo na luta social pela terra, no trabalho como produção da vida e na sustentabilidade socioambiental agroecológica os seus fundamentos, a Educação do Campo já contém em seus princípios a fundamentação do direito à diferença e do respeito aos direitos humanos como fatores que enobrecem os processos educativos e caminham para o desenvolvimento integral das sociedades.

A organização curricular, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deve garantir o desenvolvimento dos temas transversais previstos na legislação vigente, coerentes com a realidade, e os interesses do estudante, da família e da comunidade.

A Educação Infantil, nesta perspectiva, em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, tendo por objetivos promover a construção da identidade e da autonomia e as aprendizagens das diferentes linguagens, de modo a contribuir para a formação de um ser humano crítico, reflexivo, criativo e solidário, conta com um projeto específico da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, sob a coordenação da Diretoria de Educação Infantil (DIINF): a **Plenarinha** - projeto realizado por toda a comunidade escolar, voltado, prioritariamente, à Educação Infantil e ao primeiro ano do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Em 2023, com o tema “Diversidade na Educação Infantil”, a XI Plenarinha traz a questão “Eu sou assim. E você como é?”. Com temáticas como esta, a Plenarinha objetiva possibilitar às crianças vivenciar e experienciar na escola um trabalho que favoreça a sua formação plena como cidadão.

A Escola Classe ETA 44, entende que o projeto da XI Plenarinha deve ser desenvolvido ao longo do ano letivo com atividades que contemplem todas as linguagens. Sendo estabelecida em uma escola do campo, esta ação deve proporcionar um ambiente acolhedor em que a criança possa identificar-se enquanto sujeito pertencente ao espaço escolar, motivada e com liberdade para criar e recriar os diferentes significados que dão às coisas e ao mundo.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a organização curricular enfatiza a construção de conceitos, procedimentos e atitudes a partir das mediações feitas pelos estudantes e, principalmente, pelo professor, possibilitando ao educando ampliar sua capacidade de aprender. O Ensino Fundamental, em regime anual, tem por objetivo, assim, a formação integral do estudante, mediante:

- A garantia das aprendizagens a partir da democratização de saberes em uma perspectiva de inclusão educacional e social;

- A promoção de experiências pessoais e coletivas com o objetivo de formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos e corresponsáveis por suas aprendizagens;
- O desenvolvimento da capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilitando a estruturação de seu modo de pensar e agir e, portanto, a construção de sua autonomia e identidade.

A cada ano letivo, a comunidade escolar da EC ETA 44 reúne-se e define quais projetos serão realizados ao longo do ano e os objetivos a serem alcançados. Avalia - se os existentes e se há necessidade de implantação de novos projetos. Tendo o cuidado de priorizar os que trouxeram resultados satisfatórios aos estudantes e à escola como um todo, implementa-se a organização curricular no Projeto Político-Pedagógico.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, comprometida com as aprendizagens de todos os seus estudantes e profissionais, orienta, apoia e acompanha as políticas e ações que permitem à escola realizar a sua função social.

Nesse contexto, implantou a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, uma forma de otimização dos espaços e tempos escolares. Na referida proposta, ganham relevância a avaliação formativa, a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural, em especial na perspectiva do trabalho coletivo.

Os Ciclos para as Aprendizagens representam outra forma de organização dos tempos e dos espaços escolares, pois consideram a lógica do processo, a utilização de uma pedagogia diferenciada, o trabalho coletivo e a avaliação formativa, visando promover a progressão dos estudantes sem prejuízo da qualidade.

Essa política educacional busca ressignificar a Coordenação Pedagógica como espaço-tempo de formação continuada permanente e o conselho de classe como instância de convergência de todas as avaliações praticadas na escola. Os ciclos estão assim organizados: o 1.º Ciclo é representado pelas turmas da Educação Infantil; o 2.º Ciclo é distribuído em dois blocos: o primeiro é o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) que abarca o 1.º, 2.º e 3.º anos e o segundo bloco, com as turmas dos 4.º e 5.º anos; e o 3.º Ciclo, de igual maneira, composta por dois blocos: o primeiro, por turmas de 6.º e 7º anos e o segundo, com as turmas de 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental.

A nossa Unidade Escolar é, deste modo, organizada no sistema de ciclos, apresentando uma turma de 1.º Período e uma de 2.º Período na Educação Infantil (1º ciclo), uma turma de 1.º ano, uma de 2.º ano e uma de 3.º ano, que fazem parte do 2.º ciclo (Bloco I), além de uma turma de 4.º ano e uma turma de 5.º ano, que também fazem parte do 2.º ciclo (Bloco II).

Essas 09 (nove) turmas, neste ano letivo de 2023, terão aulas no turno matutino. Entretanto, aos estudantes do 1.º ao 5.º anos será ofertada a oportunidade de participação em atividades complementares no turno vespertino, na Educação em Tempo Integral de 09 horas, sendo de 7h30min até às 16h30min. As atividades/oficinas serão desenvolvidas pelas professoras do projeto e monitores do programa Educador Social Voluntário (ESV). A adesão dos estudantes será voluntária.

A escola dispõe de uma **Coordenadora Pedagógica** que exerce papel essencial na organização do trabalho pedagógico, uma vez que atua auxiliando os professores no processo ensino-aprendizagem e, com apoio da Equipe Gestora, articula e mobiliza a equipe escolar no desenvolvimento das atividades na Coordenação Pedagógica.

A **Coordenação Pedagógica** é resultante de conquista política dos educadores por meio de lutas históricas travadas durante anos, sob o argumento de que contribuiria para a melhoria da qualidade social da educação pública. O Distrito Federal é referência dessa conquista em relação aos demais estados e municípios brasileiros. A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço - tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didáticas pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico.

A função do coordenador pedagógico é estabelecida em portaria específica e no Regimento Escolar, As ações devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor. Algumas ações do coordenador pedagógico previstas nesses documentos, são:

- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e a execução do planejamento pedagógico desenvolvido pelos professores;
- Reuniões quinzenais para acompanhamento pedagógico (momentos coletivos ou por ano);
- Participar de reunião semanal com a equipe gestora para planejamento das ações e estudos de temáticas a serem debatidas com os professores;
- Ouvir os professores para identificar suas demandas práticas e recomendar estudos que auxiliem na reflexão sobre o trabalho pedagógico;
- Levantamento com o grupo de profissionais de temáticas e questões que desejam inserir nas Coordenações Pedagógicas;
- Analisar os resultados das avaliações para planejamento das intervenções pedagógicas para as aprendizagens dos estudantes;

- Elaborar projetos interventivos pedagógicos para auxiliar no processo de aprendizagens dos estudantes;
- Planejar, orientar e conduzir a Coordenação Pedagógica Coletiva.

A escola conta, também, com profissionais que compõem a **Rede de Apoio** (Serviço de Orientação Educacional e Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem) que participam da organização do trabalho pedagógico. Ressaltamos que no momento não contamos com o Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos), que comporia essa rede, por falta de profissional. É importante observar que cada serviço especializado tem suas atribuições definidas no Regimento das Escolas Públicas do DF e que todos possuem orientações pedagógicas próprias, entretanto, articulam com a organização em função do planejamento e do desenvolvimento das atividades de forma coletiva e em consonância com o PPP da escola.

A Equipe (EEAA) do **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem** (SEAA) é multidisciplinar e tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização e favorecimento do sucesso escolar, por meio de uma atuação institucional. Destacamos, a seguir, algumas atribuições da EEAA, prevista na Orientação do SEAA, que contribuem com a organização do trabalho pedagógico de nossa escola :

- Participar, efetivamente, da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- Participar da elaboração e implementação das ações de formação continuada, com vistas à ressignificação das práticas pedagógicas;
- Participar das Coordenações Pedagógicas Locais, intermediária e central;
- Participar, efetivamente, dos Conselhos de Classe, promovendo reflexões sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes;
- Cooperar com a elaboração de instrumentos e procedimentos nas intervenções didático-metodológicas que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem;
- Realizar o acompanhamento sistemático, individual ou em pequenos grupos, dos estudantes que apresentam dificuldades mais acentuadas no processo de escolarização.

A **Orientação Educacional** também é um serviço especializado que visa o acompanhamento e o apoio aos profissionais da educação, aos estudantes, seus familiares e articulação da comunidade escolar e da rede externa, quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam - elementos significativos na organização do trabalho pedagógico da escola. Destacamos, a seguir, algumas atribuições da Orientação Educacional, prevista na Orientação do SOE:

- Participar do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da unidade

escolar;

- Participar das coordenações pedagógicas coletivas da unidade escolar visando à organização do trabalho pedagógico;
- Discutir, com a equipe e na equipe, o currículo e o processo de ensino e aprendizagem ante à realidade socioeconômica do estudante;
- Analisar com a equipe pedagógica as contradições da unidade escolar e as diferentes relações que exercem influência na aprendizagem;
- Contribuir para as melhorias do processo de ensino e aprendizagem na unidade escolar;
- Participar da identificação e/ou do encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem;
- Articular ações junto à EEAA e à Sala de Recursos na promoção de uma educação inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, e complementa, no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. O Atendimento Educacional Especializado, intitulado por AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, considerando suas necessidades específicas - tornando-se, assim, essencial na organização do trabalho pedagógico.

De acordo com a Orientação da Educação Especial, destacamos algumas atribuições do professor que atua no AEE:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos estudantes da Educação Especial;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais, que se subdivide em generalista e específica;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum, bem como em outros ambientes da unidade escolar;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na

disponibilização de recursos de acessibilidade;

- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante;
- Orientar o uso da tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Conforme o documento “Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2022”, Portaria nº 724 de 27 de dezembro 2021, no Atendimento da Sala de Recursos Generalista (estudantes com DF, DI, DMU e TEA), Ensino Fundamental, 2.º Ciclo, 1.º ao 5.º anos, o número de estudantes previsto é 8(oito) no mínimo para abertura e/ou manutenção por turno. A E.C.ETA 44 não possui o número de estudantes matriculados para o referido atendimento este ano letivo, por isso não recebeu o atendimento na Sala de Recursos.

A escola tem, ainda, duas professoras readaptadas, sendo que uma atua na **Sala de Leitura** e a outra no **Suporte Pedagógico** ao professor regente, e um professor de disciplina considerada extinta que atua como **suporte técnico** e responsável pelo **projeto "Minha escola tem horta"** - todos estes projetos têm participação efetiva na parte pedagógica da escola e são apresentados mais detalhadamente na seção destinada aos projetos específicos.

Ciente de que a sala de leitura constitui-se em espaço essencial de ensino e aprendizagem apontaremos algumas atribuições do responsável por ela no que tange mais diretamente ao trabalho pedagógico, de acordo com os documentos oficiais da rede:

- Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;
- Planejar e executar as atividades da Sala de Leitura/Biblioteca, mantendo-as articuladas com as demais atividades da unidade escolar;
- Subsidiar e orientar as atividades de leitura e de pesquisa;
- Propor aquisição de acervo e de outros materiais didático-pedagógicos, conforme as necessidades indicadas pela comunidade escolar;
- Divulgar, permanentemente, no âmbito da unidade escolar e em outros espaços pedagógicos, o acervo bibliográfico e os serviços existentes;
- Zelar pelo controle e recebimento das remessas de correspondências, materiais e acervo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD expedidos.

No espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica coletiva o grupo de **professores** reúne-se, semanalmente, para planejamento coletivo, formação continuada e troca de experiências, com a participação da equipe gestora, SOE e SEAA, numa perspectiva

de “desenvolvimento profissional docente que contempla, além da formação, a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho num continuum que possibilita a revisão das trajetórias docentes de forma crítico-reflexiva” (SEEDF, 2014, p. 22).

Na organização do trabalho pedagógico da E.C.ETA 44, o incentivo à Formação Continuada específica para os profissionais da Educação do Campo e a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, foram destacados como as bases sobre as quais serão erguidos os pilares que sustentarão o Projeto Político-Pedagógico 2023 da unidade escolar.

Nas coordenações coletivas a Equipe Gestora incentiva a participação de convidados/palestrantes para compartilhar processos pedagógicos inovadores e experiências bem-sucedidas. Ainda são oferecidas oficinas sobre Educação do Campo com a finalidade de promover o diálogo, a troca de saberes e a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na referida escola.

Nas formações de grande escala como o Programa Escola da Terra/UnB, destaque-se a participação de professores e da própria Gestora que se inclui em todos os processos formativos para atuar de forma mais efetiva e colaborar ativamente em todos os debates em torno dessa busca por uma nova organização escolar.

A EC ETA 44 aproveita os sábados letivos temáticos para organizar "Rodas de Conversa" com a participação de toda a comunidade escolar, estimulando e estreitando o vínculo escola- comunidade através do diálogo e a troca de conhecimento, revelando a importância de constante estudo, proposta de atualização e reflexão sobre a necessidade de ofertarmos uma educação do campo e no campo, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

A Organização do Trabalho Pedagógico da escola tem como foco o êxito do processo ensino-aprendizagem, o qual se efetiva com a permanência e sucesso do estudante em seu trajeto escolar, tendo a coordenação pedagógica como espaço primordial dessa construção. Vale-se, então, do trabalho colaborativo, de interações com compromisso mútuo e de formação continuada no espaço escolar, o qual tem declarado no Projeto Político-Pedagógico a sua intencionalidade pedagógica.

Destaca-se que no DF a gestão democrática nas escolas da Rede Pública de Ensino, regida, em especial, pela Lei nº 4.751/2012, a qual dispõe sobre Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal, tem como maior desafio garantir a participação de todos para melhoria da oferta e das condições de ensinar e aprender. Nesta

perspectiva compete à equipe gestora e, complementarmente, aos demais profissionais da unidade escolar, articular e subsidiar todas as ações para que o trabalho pedagógico seja realizado com excelência atendendo as necessidades de cada estudante de forma que o sucesso escolar seja uma realidade.

Neste processo nenhum ente da comunidade escolar deve ficar de fora, pois sem participação não há gestão democrática. Ressaltamos, ainda, que os estudantes precisam ser ouvidos como partícipes da organização da vida escolar.

Destacamos que neste ano letivo ainda permanece o desafio da recomposição das aprendizagens, tendo em vista as decorrentes perdas ocasionadas pelo período pandêmico. De forma que investiremos mais enfaticamente nas propostas apresentadas pelas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens e das orientações advindas da SEEDF.

. Estratégias de Intervenção pedagógica

A escola tem como um dos referenciais para o trabalho pedagógico, a escolha de temas geradores, que alinham princípios amplos relacionados com a própria legislação educacional, especialmente aqueles consubstanciados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN), no Currículo em Movimento e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Tais temas visam promover o trabalho coletivo em torno do mesmo objetivo aclamado no Projeto Político-Pedagógico da escola e educar o estudante em uma perspectiva de cidadania plena, considerando as dimensões cognitiva, afetiva, cultural e física, para que possa intervir no contexto social, dentro dos princípios da ética, responsabilidade, solidariedade, respeito ao outro e à diversidade.

Dentre os princípios mais pertinentes a ação pedagógica e a função social que exerce na comunidade foram destacadas a igualdade de condições e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte do saber e o respeito à liberdade e apreço à dignidade humana.

Em todas as turmas, do 1.º ao 3.º anos, há alunos que apresentam os mais variados níveis na leitura e escrita. São turmas organizadas a partir do critério etário até o final do 3.º ano, devido à progressão continuada adotada pelo governo do DF. Em cada turma é possível encontrar alunos alfabetizados e também alunos que se encontram em níveis ainda muito iniciais do processo de alfabetização. São dois grupos de alunos que necessitam de intervenções dentro de campos conceituais distintos. No grupo de alunos que ainda não se

apropriaram do sistema alfabético, há variados níveis, mas são diferenças que favorecem a aprendizagem, porque o conjunto de hipóteses em relação à leitura e escrita desse grupo pode ser partilhado e enriquecem todos que se encontram do nível pré-silábico ao alfabético, não deixando de necessitar de momentos diversificados. Porém, os alunos que já estão alfabetizados necessitam confrontar suas hipóteses em outro conjunto de conceitos. E dentre esses alunos há uma diversidade de níveis que também exigem um trabalho diversificado. Portanto, em cada sala de aula, as diferenças ultrapassam o limite do necessário e desejável para que os estudantes possam aprender com seus pares. Esses discentes não formam uma turma que possui uma diversidade de níveis de um mesmo núcleo de aprendizagem, esses alunos só possuem em comum, por um determinado tempo. Vale ressaltar que núcleo comum de aprendizagem não significa homogeneidade, mas um conjunto de diferenças que não impedem o diálogo entre pares, isto é, todos podem construir relações horizontais de conhecimento. As diretrizes do BIA, documento que norteia todas as ações pedagógicas dos três primeiros anos do Ensino Fundamental apresenta cinco princípios que visam garantir o êxito das crianças: ensino da língua, Reagrupamento Interclasse (RI), Projeto Interventivo-(PI), formação continuada e avaliação formativa. Dentre os princípios apresentados serão foco deste PPP os que permitem diferentes formas de reorganizar os alunos, de acordo com suas necessidades de aprendizagem.

Ao analisar as estratégias do ano anterior como princípios da escola cidadã , pretendeu-se refletir como se dá esta política, progressista, no âmbito da sala de aula da Escola Classe ETA 44. Professores, estudantes e toda a comunidade escolar percebem que o investimento para a recomposição das aprendizagens é uma necessidade e uma imposição sistêmica. Quanto aos procedimentos para a análise, após leitura preliminar à elaboração do PPP, foi analisado como o projeto interventivo e reagrupamento dão condições de atendimento a alunos que se encontram extremamente distantes em relação aos níveis de aprendizagem proposta de realização será apresentada na seção de projetos específicos.

Projeto Interventivo

O Projeto Interventivo, a partir das análises de fundamentação proposta por Villas Boas, apresenta características próprias. É contínuo em relação ao seu desenvolvimento; é sempre oferecido; é temporário em relação aos alunos que dele se beneficiam; não é padronizado, porque os alunos que por ele são atendidos apresentam necessidades diferentes. Por isso não é elaborado uma só vez para um ano inteiro; é constantemente atualizado, em função das necessidades dos alunos que a ele são encaminhados; não tem professor nem

alunos fixos (VILLAS BOAS, 2009, p.3).

Há uma preocupação com os estudantes que participam do PI não sejam alvos de rótulos depreciativos (VILLAS BOAS, 2009). Nesse projeto os professores trabalham com um grupo menor de alunos e em função de necessidades bem definidas, o que torna sua atuação facilitada (SEEDF, 2012). É necessário que eles se comprometam com a aprendizagem do estudante e estejam preparados para praticar a avaliação formativa.

Reagrupamento Intraclasse

O professor regente planejará junto com a coordenadora pedagógica, o plano de ação/organização do trabalho pedagógico (OTP), para a formação de grupos de trabalhos por níveis da psicogênese da língua escrita; ou por dificuldades na problematização e pensamento lógico matemático; ou para produção de textos; e ainda pela necessidade de desenvolvimento de interação, autoestima e atitudes motoras (Villas Boas, 2010, p. 68).

Reagrupamento Interclasse

O reagrupamento é um princípio do BIA que se efetiva como uma estratégia de trabalho em grupo que atende a todos os estudantes. É uma estratégia pedagógica que permite o avanço contínuo das aprendizagens e contempla as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo (SEEDF, 2012). O trabalho em grupo permite ao docente dar atenção diferenciada e individualizada, o que favorece a participação efetiva dos estudantes com diferentes necessidades. Há possibilidades de aprendizagem e a avaliação do desempenho no processo (SEEDF, 2012).

Uma das características que diferencia o Reagrupamento do Projeto Interventivo é a quem é destinado. O Reagrupamento implica em movimentar todos os alunos de uma classe, de uma fase e ou de toda a escola separando-os por nível de aprendizagem, enquanto que o PI implica em atender apenas aos estudantes que estão apresentando dificuldades em alcançar as metas de aprendizagem esperadas para o ano de escolaridade em que se encontra.

Neste reagrupamento, por não termos mais de uma turma do mesmo ano, teremos o intercâmbio de alguns alunos entre as turmas do BIA. Inicialmente o período de realização será de uma vez por semana. Caso haja necessidade, deverá ser realizada mais vezes, conforme planejamento da equipe escolar.

11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

A LDBEN estabelece que a avaliação deve ser formativa e contínua, priorizando a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo de todo o ano. A Escola Classe ETA 44 entende, assim, que a avaliação não deve ser um julgamento dos sucessos ou fracassos do aluno, mas a indicação do que se foi alcançado ou que ainda precisa ser melhor trabalhado. A avaliação, nesta unidade escolar, será, portanto, diagnóstica e formativa, fornecendo indicadores que reorientarão a prática pedagógica dos seus professores. Afinal,

(...) conceber e nomear o 'fazer testes', o 'dar notas', por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico. (HOFFMANN, 2000, p. 53).

Segundo Hoffmann (2000), avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação/reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de “aprendência”, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos, libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas.

Esse conceito de avaliação condiz com as orientações propostas pelas Diretrizes Pedagógicas para Organização escolar do 2.º Ciclo para as Aprendizagens: BIA e 2.º Ciclo (2014) quando afirmam que “a avaliação formativa tem a função de diagnosticar os processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, servir de instrumento para a melhoria da qualidade de ensino” (SEEDF, 2014, p.29).

É necessário considerar, ainda, na organização do trabalho pedagógico, o papel da avaliação formativa, para a determinação da necessidade de serem propostas estratégias de intervenções pedagógicas, no sentido de promover aprendizagens conforme os tempos e ritmos diferenciados dos estudantes. Esse elemento constitutivo da organização do trabalho pedagógico foi abordado em diversos documentos elaborados pela SEEDF, no qual destacamos as Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem Institucional e em Larga Escala 2014/2016. Esta publicação específica tem sido a principal referência para balizar a organização do trabalho pedagógico nas unidades escolares no processo cíclico que envolve a contínua (re)construção do PPP. Embora as diretrizes se encontrem atualmente em análise na SEEDF, vale ressaltar um princípio nela presentificado que é extremamente significativo: **a avaliação para as aprendizagens** visa identificar aquilo que os(as) estudantes já aprenderam e o que ainda não sabem de modo a intervir por meio de estratégias pedagógicas para

promover avanços (VILLAS BOAS, 2004). A partir desta compreensão nossa escola aplica testes de psicogêneses e simulados, bimestralmente, em todas as turmas do 1.º e 2.º blocos.

As diretrizes de avaliação destacam, ainda, outros 02 (dois) tipos de avaliação presentes no espaço escolar:

- **Avaliação Institucional:** é uma autoavaliação realizada por todos os envolvidos no processo educativo, tomando como referência o Projeto Político-Pedagógico da escola.
- **Avaliação em larga escala:** avaliação do desempenho dos estudantes por equipes externas, realizada pelo próprio sistema de ensino e/ou em nível nacional (realizada pela SEEDF e pelo MEC).

Cabe aos docentes e demais profissionais, que realizam a avaliação, compreender que os itens a seguir são imprescindíveis para que ocorra a avaliação formativa:

- Planejar estratégias de ensino e de avaliação articulada e com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens de todos os estudantes;
- Tornar público os indicadores e critérios de avaliação com os estudantes e demais sujeitos envolvidos no processo avaliativo, negociando o entendimento desses, afinal serão o ponto de partida e de chegada;
- Garantir a devolutiva, o retorno ou o feedback constantemente para os sujeitos envolvidos, afinal eles devem realizar o automonitoramento das aprendizagens;
- O trato ético e respeitoso entre os sujeitos da avaliação, avaliadores e avaliados, cumpre importante papel na avaliação formativa, especificamente com a maneira como se desenvolve a avaliação na escola e na sala de aula; observando, por exemplo, como são comunicados os resultados, relatórios e ou quaisquer níveis da avaliação praticados na unidade escolar. Deve-se evitar exposições, constrangimentos e punições por meio da avaliação. Cuidar, inclusive, da guarda de sigilo nos casos de estudantes atendidos por meio da Educação Especial cujos dados são oriundos das entrevistas com as famílias ou fornecidos por profissionais da área da saúde.

. Conselho de classe

O Conselho de Classe ganha destaque como órgão colegiado compreendido como espaço e tempo de avaliação do desempenho do estudante, do professor e da escola. Implica refletir sobre a função social da escola, uma vez que tem a avaliação formativa como articuladora e as aprendizagens dos estudantes como finalidade. Nesse sentido, Santos (2011, p.22) destaca que precisamos resgatar o Conselho de Classe da ótica apenas burocrática e

classificatória a fim de “[...] que seja visto como um momento pedagógico que propicia a reflexão e a reconstrução do trabalho pedagógico da escola”.

Nos momentos em que se realizam os Conselhos de Classe, os professores, coordenadores, supervisores, demais profissionais da escola e familiares avaliam e definem ações e, assim, vão consolidando a perspectiva de participação, bem como de diálogo sobre as aprendizagens que ocorrem na escola. Além de identificar os saberes ainda não conquistados, os Conselhos de Classe são momentos de reconhecimento dos progressos dos estudantes, das práticas que são ou não adequadas para a promoção das aprendizagens.

Precisamos, portanto, pensar no Conselho de Classe como instância participativa e espaço primordial de avaliação e de reorganização dos espaços e tempos escolares, considerando não só os objetivos explicitados no Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF (2014), no Projeto Político-Pedagógico das escolas e nas Diretrizes de Avaliação Educacional (SEEDF, 2014), mas também os sentidos atribuídos pelos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Tanto o Conselho de Classe, quanto a Coordenação Pedagógica são espaços privilegiados para que essa reorientação ocorra. Aliados ao Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, tais elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, se articulados com a avaliação formativa, possuem atributos para potencializar o caráter transformador necessário à construção da “Escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social” almejada. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 63)

Esses espaços pedagógicos na organização escolar, proporcionam a participação efetiva de todos os segmentos da unidade escolar.

12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Dimensão	Metas	Estratégias	Avaliação	Responsável
Gestão Pedagógica	Planejar coletivamente, ações e práticas relacionadas à organização do trabalho pedagógico, para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o PPP.	Planejar o PPP da escola; Elaborar o Plano de Ação; Organizar o Cronograma de Atividades Anual com projetos específicos.	Avaliar a execução do PPP por meio da observação diária do trabalho pedagógico da escola.	Equipe Gestora, Coordenadora Pedagógica, Serviços Especializados.

	Implementar o PPP e acompanhar a execução do planejamento.	Realizar Coordenações Coletivas semanalmente com os professores.	Propiciar momentos, nas Coordenações Coletivas, para reflexão - ação - reflexão, acerca da práxis pedagógica e reformular ações sempre que necessário.	Equipe Gestora Coordenadora Pedagógica
	Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e a execução das atividades didático - pedagógicas.	Realizar reuniões semanais com as Coordenadoras e professores.	Propiciar momentos, nas Coordenações Coletivas, para reflexão - ação - reflexão, acerca da práxis pedagógica e reformular ações sempre que necessário.	Equipe Gestora Coordenadora Pedagógica Professor, SOE SEAA Sala de Recursos
Gestão de Recursos Educacionais	Avaliar as atividades e os Projetos existentes e se há necessidade de implantação de novos.	Realizar Coordenações Coletivas e individuais.	Avaliar por meio de observação diária o desempenho e a participação de todos.	Toda a Comunidade Escolar.
	Desenvolver a aprendizagem dos estudantes ANEE, os com Transtorno de Comportamento e, ainda, os com Outras Necessidades Educacionais. Alcançar as metas propostas da Avaliação na Organização do Trabalho Pedagógico	Estabelecer uma parceria com a Equipe de Apoio, para auxiliar e dar suporte aos professores no atendimento aos estudantes. Implementação dos Projetos Especiais e Específicos, Projeto Interventivo e Oficinas de Ludicidade, entre outros.	Acompanhar e intervir, quando necessário, na realização do atendimento aos estudantes. Melhoria das aprendizagens e nos resultados das avaliações; Redução no índice de reprovação escolar	Toda a Comunidade Escolar Coordenadora Pedagógica Professor SOE SEAA Sala de Recursos
Gestão Participativa	Promover e ampliar a participação da Comunidade Escolar nos processos e práticas que respondam ao Princípio da Gestão Democrática do Ensino Público.	Estimular a participação de todos, nos colegiados que auxiliam na gestão escolar como Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe	Acompanhamento e participação dos envolvidos	Equipe Gestora

Gestão de pessoas	Promover processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais/responsáveis e estudantes) com o PPP da escola	Estimular o compromisso dos educadores na dinamização da prática pedagógica e profissional; Realizar palestras com temas diversos; Possibilitar a participação da comunidade no auxílio da tomada de decisões, buscando soluções e mantendo boa convivência com a escola.	Elevar a participação de todos os segmentos escolares de forma democrática.	Equipe Gestora
Gestão Financeira	Implementar as metas da Unidade Executora/U. Ex	Gerenciar os processos de planejamento,	A prestação de contas deverá estar ligada diretamente à	Participação da Equipe Gestora, Conselho Escolar e
	através dos recursos: PDDE e PDAF PDDE/CAMPO PDDE(Cartão)	aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.	transparência da administração pública	Caixa Escolar
Gestão Administrativa	Acompanhar os processos de gestão de materiais, de estrutura física, patrimônio entre outros.	Cuidar da rotina da Unidade de Ensino, física, pedagógica e administrativamente.	Participação direta e indireta de toda a Comunidade Escolar	Equipe Gestora

13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

Apresentaremos neste espaço os planos de ação dos profissionais que atuam em serviços especializados (SOE e SEAA) ou em projetos específicos (Educação em Tempo Integral) - todos os planos apresentados abaixo foram encaminhados ao nível intermediário/central como exigido nos documentos oficiais da SEEDF. As propostas de atuação dos professores readaptados e de apoio serão apresentadas em forma de projetos na seção reservada para este fim.

a) Plano de ação anual da Orientação Educacional

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional: Tatiana Kely Honorato de Souza Lisboa
Matrícula:212.308-8 Turno: matutino e vespertino

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS:

- Organização do ambiente físico para a inclusão do orientador educacional na Unidade Escolar.
- Conscientizar a comunidade escolar do elo família/escola.
- Mobilização rede interna e externa para a criação do ambiente educativo.
- Garantir direito dos estudantes e a melhoria da qualidade de educação .
- Auxiliar os estudantes na formação como cidadão.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
INTEGRAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA	X			Escuta ativa, sigilo profissional, anamnese, parcerias com redes de apoio, encaminhamentos.	família, comunidade, estudantes.	Anual
CIDADANIA	X			Integrar os alunos as normas e regras, rodas de debates sobre cidadania e problemas sociais, responsabilidade social, inserir a prática da cidadania em disciplinas tradicionais.	família, estudantes, professores, comunidade escolar.	Anual
ENSINO APRENDIZAGEM	X			Transição escolar de mudança de séries, acompanhamento de frequência escolar, escuta ativa, estudos de caso, projetos.	família, estudantes, professores	Bimestral
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS			X	Espaço de diálogo, reunião de pais, conversas com escuta ativa sempre que necessário, momentos dirigidos a temas que se fizerem oportunos.	família, estudantes, comunidade escolar, professores.	Anual
PROJETOS		X		Planejamento e objetivos estratégicos a cada projeto, mapear as demandas da escola, combinação de diferentes metodologias ativas.	estudantes e professores	Anual

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados

- Formulários
- Fichas de encaminhamento
- Cartazes e folders, uso de tecnologia
- Avaliação coletiva sobre os resultados das ações.

b) Plano de Ação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

UE: ESCOLA CLASSE ETA 44

Telefone: (61) 99675-9795

Diretor(a): Élvia Cardoso da Silva Lima

Vice-diretor(a): Antonia Graziela Martins Ferreira

Quantitativo de estudantes: 93 N° de turmas: 07 Etapas/modalidades: Educação Infantil e Ensino

Fundamental (Anos Iniciais)

Serviços de Apoio: () Sala de Recursos (X) Orientação Educacional () Sala de Apoio à Aprendizagem

EEAA: Pedagoga - Kátia Regina do Carmo Pereira

Psicóloga(o) _____

Dimensão: Mapeamento institucional						
Eixos	Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Observação do contexto escolar	Levantamento de informações para	Conhecer e compreender a realidade da	1. Formulário de diagnóstico inicial junto às professoras.	Semana Pedagógica	Professoras	Participação de todas as

	conhecimento da realidade e elaboração do plano de ação.	instituição a partir do olhar dos profissionais e documentos oficiais da Unidade Escolar.				professoras regentes.
			2.Encontro individualizado com professoras	Mês de março	Professoras	Participação de todas as professoras regentes.
			3.Análise dos documentos oficiais da escola (PPP, Inventário, Projetos, IDEB)	Mês de fevereiro	-	Leitura e análise concluídas.
			4.Diálogo com equipe gestora	Mês de janeiro	Equipe gestora	Participação da equipe gestora.

Dimensão: Assessoria ao trabalho coletivo						
Eixos	Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Coordenação coletiva	Formação continuada sugerida pelos professores e resultantes das observações.	Alinhar a necessidade e interesse dos professores com formação continuada e planejamento no espaço-tempo da coordenação coletiva.	Encontros formativos e de planejamentos no espaço-tempo da coordenação coletiva.	Decorrer do ano letivo.	Professoras, coordenador, profissionais de apoio e equipe gestora.	Participação de todos os envolvidos.
Reunião com a Gestão Escolar	Articulação pedagógica entre gestão, coordenação e EEAA.	Planejar as ações pedagógicas a serem desenvolvidas na escola.	Encontros para alinhamento e análise das ações pedagógicas.	Encontros quinzenais	Equipe gestora e coordenadora	Participação de todos os envolvidos.
Reunião de pais/responsáveis	Abordar temas que favoreçam a boa relação pais/estudantes/ escola e reverberem no processo ensino-aprendizagem	Fortalecer os vínculos familiares de forma a favorecer o desenvolvimento do estudante.	Aberturas nas reuniões de pais com temas específicos: desenvolvimento humano, alimentação saudável, acompanhamento médico, diversidade/inclusão	Bimestralmente	Pais/responsáveis	Participação de todos os envolvidos.

Conselhos de Classe	Acompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes.	Acompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes e concepções dos professores sobre desenvolvimento humano, avaliação, prática pedagógica.	Participação no espaço-tempo instituído para a realização do conselho de classe. Obs: Incluir o momento de troca de experiências.	Bimestralmente	Professores, coordenadora e equipe gestora.	Participação de todos os envolvidos.
----------------------------	---	--	--	----------------	---	--------------------------------------

Dimensão: Acompanhamento do processo ensino-aprendizagem						
Eixos	Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Observação em sala de aula	Estudantes encaminhados para avaliação da EEAA e demandas de suporte dos professores.	Analisar o desenvolvimento dos estudantes e o contexto alfabetizador/pedagógico das turmas.	Agendar visitas com os professores.	Durante o ano - de acordo com a demanda.	Professores e estudantes	Diálogo com professoras após as observações.
Projetos e ações institucionais	Queixas escolares	Contribuir para a diminuição das queixas escolares e do fracasso escolar.	Oficinas temáticas (psicomotricidade, jogos para alfabetização, inclusão-diversidade)	Semanalmente	Estudantes	Participação nas oficinas e diálogo com professores para acompanhar o desempenho dos estudantes.
			Transição 5º ano - encontros com reflexões sobre a organização necessária para o ano/escola subsequente.	4º e 5º bimestre - quinzenalmente	Estudantes	Participação dos estudantes em sala e diálogo com professores para acompanhar o desempenho dos estudantes.
			Participação no reagrupamento extraclasse.	De acordo com a organização da escola	Estudantes	Participação dos estudantes em sala e diálogo com professores para acompanhar o desempenho dos estudantes.
Estudo de caso	Estudantes com deficiências.	Analisar o melhor encaminhamento para o ano subsequente dos estudantes com	Participação no processo de "estudo de caso" conforme orientação da SEEDF.	De acordo com o cronograma a ser disponibilizado pela SEEDF.	Professoras, SOE, EEAA e equipe gestora.	Realização do processo de "estudo de caso".

		deficiência ou TEA.				
--	--	---------------------	--	--	--	--

Ações internas da EEAA: Planejamento e formação						
Eixos	Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Encontro de Articulação Pedagógica (EAP) e eventos promovidos pela Coordenação Intermediária do SEAA	Ação formativa prevista em portaria específica.	Instrumentalizar as EEAs para atuação institucional nas unidades escolares.	Participar das EAPs e eventos promovidos pelo nível intermediário.	Semanalmente - às sextas-feiras, no turno matutino.	Profissionais do SEAA.	Participação dos profissionais e análise do suporte às atividades desenvolvidas na escola.
Planejamento interno EEAA	Ação prevista em portaria específica.	Planejar as ações e preparar materiais para atuação na escola.	Reservar um dia para planejamento individual da EEAA.	Semanalmente - às segundas-feiras	Pedagoga da EEAA	Realização do planejamento.

*EEAA - Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

c) Plano de Ação da Educação em Tempo Integral

Organização do Atendimento
<p>1) Tempo de duração do atendimento escolar - EFTI: Ampliação progressiva: a) <input checked="" type="checkbox"/> 9 horas parcial b) <input type="checkbox"/> 10 horas parcial 100% de estudantes atendidos: <input type="checkbox"/> 10 horas Rede Integradora em Educação Integral da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto: <input type="checkbox"/> 10h</p>
<p>2) Atendimento (frequência/dias): <input type="checkbox"/> 3 dias <input type="checkbox"/> 4 dias <input checked="" type="checkbox"/> 5 dias <input checked="" type="checkbox"/> Segunda <input checked="" type="checkbox"/> Terça <input checked="" type="checkbox"/> Quarta <input checked="" type="checkbox"/> Quinta <input checked="" type="checkbox"/> Sexta</p>
<p>3) Tipo de organização pedagógica do currículo: <input type="checkbox"/> 10h 100% Entremado – BNCC e Parte Flexível (intercaladas durante os dois períodos) <input type="checkbox"/> 10h 100% Separado – BNCC e Parte Flexível em períodos distintos <input checked="" type="checkbox"/> Ampliação progressiva: Atividades da Parte Flexível no turno contrário ao da BNCC <input type="checkbox"/> Rede Integradora (desenvolvidas na Escola Classe e na Escola Parque)</p>
<p>4) Tipos de Fomento (recursos financeiros/políticas públicas): a) <input type="checkbox"/> PNME 6 b) <input checked="" type="checkbox"/> PDAF7 c) <input checked="" type="checkbox"/> Outros: emendas parlamentares e recursos oriundos do Setor de</p>

Controle e Acompanhamento de Projetos – SETCAP- Cema do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).

5) Parcerias desenvolvidas ou Rede Integradora (Escola Parque -EP)

Sim Não

Nome da Instituição/EP: Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina

5.2) Frequência do atendimento na instituição parceira:

1 dia 2 dias 3 dias 4 dias 5 dias

5.3) Deslocamento para outro local:

sim não transporte da instituição transporte da SEEDF

outro: Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina em 2 dias

6) Alimentação:

6.1) Unidade Escolar:

a) Servida na Escola: Sim Não

b) Refeições: café da manhã lanche almoço lanche jantar

c) Faz uso de refeitório: Sim Não Não tem refeitório Outro espaço: A refeição é servida no pátio coberto multiuso.

6.2) Instituição Parceira:

a) Servida na Instituição Parceira: Sim Não

b) Refeições: café da manhã lanche almoço lanche jantar

Faz uso de refeitório: Sim Não Não tem refeitório Outro espaço:

7) Atividades desenvolvidas no Projeto Formação de Hábitos Individual e Social - refeições, descanso e momento lúdico/recreativo:

As atividades para a Formação de Hábitos Individuais e Sociais, contará com o apoio do Educador Social Voluntário (ESV) para acompanhar os estudantes conforme a orientação e coordenação do Coordenador da Educação em Tempo Integral.

Deverá ser organizada em momentos distintos e acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso e lúdico:

- Incentivar o estudante a ter uma alimentação saudável e de base agroecológica;
- Valorizar a agricultura familiar e escolar;
- Proporcionar um espaço de acolhimento, trocas e vivências, onde os estudantes poderão interagir e desenvolver uma relação amistosa e agregação de valores já realizados pela escola;
- Acompanhar o estudante no ato da escovação, enfocando a importância da higienização bucal, conduzindo-o na organização do local, orientando-o quanto ao aproveitamento de água e a sustentabilidade;
- Direcionar o estudante em atividades interativas, oportunizando jogos, recreação e descanso;
- A realização das atividades propostas deverá ser planejada pedagogicamente e orientada de forma que estimule o desenvolvimento integral do estudante.

14. PROJETOS ESPECÍFICOS

Os projetos que serão aqui apresentados foram formulados pelos profissionais que atuam na EC ETA 44 de forma coletiva e colaborativa, a partir das necessidades observadas, para auxiliar o processo ensino-aprendizagem e, logo, favorecer a ocorrência da aprendizagem significativa.

Os projetos terminam alinhando a proposta pedagógica da unidade, tornando-se, assim, um importante instrumento de integração da ação pedagógica, que busca sistematizar o conhecimento de forma colaborativa, dinâmica e significativa.

a) Projeto Identidade da Escola Classe ETA 44

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
. Considerar os Projetos Específicos mencionados no Projeto Político - Pedagógico (PPP) da Escola Classe ETA 44, o Programa Eleitor do Futuro (Módulo: Inclusão Social desde a Infância), a Construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo do DF, de forma que todos esses elementos possam dialogar. Tais dimensões possuem entre si, entrelaçamentos, reciprocidades e interdependências.	. O professor regente planejará junto com a coordenadora pedagógica, o plano de ação/organização do trabalho pedagógico; . Será desenvolvido em etapas, de acordo com o planejamento e as especificidades de cada turma; . Cada professor desenvolverá atividades interdisciplinares sobre o tema em suas respectivas turmas; . Atividades coletivas: vídeo, música, contação de histórias, palestras, confecção da cédula de identidade/RG, do Título de Eleitor, murais e outros; . Culminância: momento cultural com apresentações dos alunos e exposições dos trabalhos confeccionados; . Museu da Natureza e stands com os trabalhos confeccionados pelos estudantes.	. Equipe Gestora . Coordenador Pedagógico . Parceria com a Escola Jurídica - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE/DF	Possibilitar e fortalecer os momentos do feedback com a oportunidade de o estudante ou o profissional realizar sua autoavaliação, sempre refletindo sobre as próprias aprendizagens diante dos objetivos e critérios anteriormente discutidos e negociados.

b) Projeto Conscientização do uso sustentável da água

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/RESPONSÁVEL	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilizar a comunidade escolar sobre o consumo consciente da água; . Reconhecer que a qualidade de vida está ligada ao uso sustentável da água; . Adotar, por meio de atitudes cotidianas, medidas de valorização e preservação da água; . Explorar o tema para desenvolver atividades interdisciplinares 	<ul style="list-style-type: none"> . As atividades serão desenvolvidas de forma contínua durante todo o ano letivo. Durante a semana específica, prevista no calendário escolar, haverá uma reflexão mais aprofundada para trabalhar o Uso Sustentável da Água; . Atividades coletivas: vídeo, música, contação de histórias, palestras, confecção de murais e outros; . Cada professor desenvolverá atividades interdisciplinares sobre o tema em suas respectivas turmas; . Culminância: momento cultural com apresentações dos alunos e exposições dos trabalhos confeccionados. 	<ul style="list-style-type: none"> . Equipe Gestora . Coordenador Pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> . Participação, interesse e o desempenho da comunidade escolar nas atividades realizadas.

c) Projeto Coleta Seletiva

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/RESPONSÁVEL	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilizar alunos e seus familiares, educadores e funcionários da escola para uma mudança de atitude com relação ao destino dos resíduos sólidos fomentando o engajamento consciente na sua separação e procurando aplicar os quatro Rs: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Repensar; . Implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos nesta instituição, buscando mudanças comportamentais entre alunos e funcionários. 	<ul style="list-style-type: none"> . Coleta de materiais orgânicos para compostagem/horta . Lixeiras adequadas para a coleta seletiva no pátio; . Compartilhar vídeos, livros, jornais, folders, atividades sobre o tema com alunos, familiares e demais funcionários da escola; . Os professores desenvolverão subprojetos em suas salas de aula abordando a temática dos quatro Rs: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Repensar: brinquedos e jogos feitos de sucata, gincanas, reciclagem de papel, compostagem, fantoches etc. 	<ul style="list-style-type: none"> . Equipe Gestora e toda a comunidade escolar 	<ul style="list-style-type: none"> . Participação de todos os segmentos nas ações propostas

d) Projeto ÊTA Festa Boa

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/ RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>. Explorar as Festas Juninas como tema gerador para desenvolver diversas atividades interdisciplinares em sala de aula;</p> <p>. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, os aspectos relacionados à história, cultura e conhecimento popular.</p>	<p>. Cada professor desenvolverá o tema em sala de aula por meio de atividades interdisciplinares, nas quais os estudantes poderão compartilhar e conhecer:</p> <p>. A origem e as características das festas juninas;</p> <p>. Admirar e respeitar o trabalho do homem do campo;</p> <p>. Desenvolver a socialização dos estudantes e o trabalho em grupo;</p> <p>. Estimular a criatividade e imaginação através de atividades relacionadas ao tema;</p> <p>. Incentivar o gosto pela culinária junina;</p> <p>. Conscientizar sobre os perigos dos balões e fogos de artifício;</p> <p>. Propiciar às crianças a participação em diversas brincadeiras.</p>	Equipe Gestora e toda a Comunidade Escolar	Participação e interesse, da comunidade escolar, no planejamento e execução da Festa junina.

e) Projeto Espaço Universo da Leitura

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/ RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>. Utilizar a Sala de Leitura como espaço de apoio às atividades escolares e para o desenvolvimento do hábito de ler e do gosto pela leitura.</p>	<p>. Reinaugurar a Sala de Leitura por meio de um evento festivo que envolva toda a comunidade escolar;</p> <p>. Manter o acervo da Sala de Leitura organizado e devidamente catalogado;</p> <p>. Desenvolver projetos de incentivo à leitura e momentos de contação de histórias;</p> <p>. Observar as Publicações referentes à Política de Livro, Leitura e Bibliotecas da SEEDF.</p>	<p>. Rosecleia da Silva Pereira Souza Professora 40h/Readaptada</p>	<p>. Serão avaliados o interesse, a participação e o desempenho da Comunidade Escolar, nas ações e subprojetos desenvolvidos.</p>

f) Suporte Pedagógico

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Oferecer suporte ao professor regente, da E.C.ETA 44, no planejamento das aulas, em conformidade com o Currículo em Movimento do Distrito Federal e com o Projeto Político Pedagógico da referida UE.	<ul style="list-style-type: none"> . Participar do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar; . Participar e acompanhar a construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo; . Participar das coordenações pedagógicas coletivas da unidade escolar visando contribuir com o trabalho pedagógico; . Participar dos Conselhos de Classe; . Auxiliar os professores e cooperar com a elaboração de instrumentos e procedimentos nas intervenções didático- metodológicas que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem; . Auxiliar os responsáveis pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos; 	Belma Kiyotsuka Lopes Suporte (Professora Readaptada)	Empenho e comprometimento, inclusive, por meio da prática de auto avaliação em toda atividade que não desrespeite a restrição determinada pelo Programa de Readaptação, considerando, fundamentalmente, as atribuições do cargo e o resíduo laboral apresentado.

g) Minha escola tem horta - Escolas do campo na perspectiva da agroecologia

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<ul style="list-style-type: none"> .Produzir uma horta escolar, com práticas agrícolas de base agroecológica; .Sensibilizar o estudante para que desenvolva hábitos de produzir e consumir alimentos saudáveis e estendendo-os ao seu ambiente familiar; .Promover a consciência ambiental coletiva; .Propor atividades relacionadas ao projeto de Hortas Pedagógicas com captação de águas das chuvas, implantado na escola em parceria com a Emater em 2020. 	<ul style="list-style-type: none"> .Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário, os estudantes que frequentam a Educação Em Tempo Integral e o grupo de mães/mulheres do núcleo rural Sarandy e adjacências; .Valorizar o conhecimento do agricultor e agricultoras familiares; .Ofertar oficinas de alimentação saudável baseada na agroecologia; .Espaço de discussão e divulgação dos “Quintais das Famílias”, protagonizado por mulheres; .Proporcionar um espaço de acolhimento, trocas e vivências, onde todos os estudantes (Educação Infantil ao 5.º ano), poderão interagir e desenvolver uma relação amistosa e agregação de valores já realizados pela escola. 	<ul style="list-style-type: none"> .Coordenadora da Ed. Em Tempo Integral . Coordenadora Pedagógica 	A avaliação dos resultados e o acompanhamento tanto do projeto Hortas Pedagógicas, quanto o Centro de Convivência Florescer, serão feitos através de registro em ata vislumbrado em reuniões com o corpo docente, mídia e através da percepção das mudanças ocorrida ao longo das atividades letivas

h) Projeto Interventivo e Reagrupamentos

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR /RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>. Desenvolver as estruturas cognitivas e as dimensões afetiva, social e motora dos estudantes.</p> <p>. Favorecer a alfabetização (leitura e escrita);</p> <p>. Desenvolver o raciocínio lógico matemático;</p> <p>. Respeitar as regras estabelecidas para diferentes espaços de convivência.</p>	<p>. Planejamento coletivo para a realização do teste da psicogênese;</p> <p>. Identificação das necessidades identificadas nas avaliações dos estudantes;</p> <p>. Organização do espaço e dos grupos de estudantes de acordo com os objetivos de aprendizagens a serem trabalhados.</p>	<p>Equipe Gestora;</p> <p>Coordenadora Pedagógica;</p> <p>Professores regentes;</p> <p>Pedagogas;</p> <p>Educador Social Voluntário (ESV).</p>	<p>Mapear as dificuldades encontradas, considerando os pontos de vistas dos professores e dos gestores, para a realização do Projeto Interventivo e Reagrupamento;</p> <p>Identificar a receptividade dos estudantes, quanto à dinâmica que permite que eles participem de atividades em outra sala de aula, com outro professor, no momento da realização das intervenções.</p>

i) Projeto Pérola Negra

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR /RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>. Proporcionar momentos de reflexão e discussão sobre a diversidade cultural, do povo brasileiro analisando especialmente as contribuições da cultura africana em nosso país, nosso estado e nossa cidade;</p> <p>. Reconhecer, valorizar e divulgar os processos históricos da resistência negra, desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, nas formas individuais e coletivas;</p> <p>. Reconhecer e identificar aspectos referentes à cultura afro-brasileira presente no nosso cotidiano;</p>	<p>. Ao longo de todo o ano letivo, serão realizadas atividades voltadas para a discussão do tema. Atividades coletivas no ambiente escolar: filme, música afrodescendente, palestras, Contos Africanos, apresentação de griots e outros;</p> <p>. Show de Talentos e Exposição com o tema "Herança Cultural Africana".</p>	<p>. Equipe Gestora e toda a comunidade escolar.</p>	<p>. Serão avaliados o interesse, a participação e o desempenho da comunidade escolar nas atividades propostas.</p>

<p>. Empoderamento feminino e representatividade da mulher e da mulher negra;</p> <p>. Combater o preconceito étnico – racial.</p>			
--	--	--	--

j) Projeto Aprender Valor

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/ RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>O projeto Aprender Valor é uma iniciativa do Banco Central do Brasil que tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em Estudantes das escolas públicas brasileiras.</p>	<p>Projetos escolares com Educação Financeira integrada a diferentes componentes curriculares, para os nove anos do Ensino Fundamental;</p> <p>Formação on-line para professores, visando a implementação do Aprender Valor em sala de aula;</p> <p>Formação on-line para gestores, com ênfase na gestão da aprendizagem, no trabalho colaborativo e na implementação de projetos escolares com Educação Financeira.</p>	<p>. Equipe gestora</p> <p>. Professores</p> <p>. Parceiros formadores do Banco Central.</p>	<p>Análise dos resultados e o acompanhamento tanto do projeto quanto do envolvimento e interesse dos estudantes e professores.</p>

k) Projeto Encantos e cantos

OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR/ RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
<p>. Realizar oficinas criativas numa perspectiva de registro de memórias;</p> <p>. Favorecer o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e etnia;</p> <p>. Oportunizar o desenvolvimento da consciência corporal e rítmica.</p>	<p>Oficinas lúdicas de contação de histórias, brincadeiras, oficinas de dança, de percussão e de confecção de instrumentos musicais para oportunizar o acesso à cultura popular brasileira, com ênfase na cultura africana e afrobrasileira.</p>	<p>. Equipe gestora;</p> <p>. Professores da Educação em Tempo Integral;</p> <p>. Educador Social Voluntário;</p> <p>. Oficineiros do Projeto Tambores do Amanhecer.</p>	<p>Serão avaliados o interesse, a participação e o desempenho da comunidade escolar nas atividades propostas.</p>

15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A unidade escolar elaborou democraticamente o Projeto Político-Pedagógico de acordo com o documento “Orientação Pedagógica – Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas”, observando os demais documentos legais que normatizam o Sistema Público de Ensino do Distrito Federal.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi elaborado com a participação de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar. Considerou-se a orientação e acompanhamento dado pela Coordenação Regional de Ensino, desde a fase de elaboração coletiva até sua finalização.

Após finalizado, o Projeto Político-Pedagógico segue para a aprovação do Conselho Escolar, e posteriormente, é encaminhado à Coordenação Regional de Ensino e setores próprios da SEEDF.

A E.C. ETA 44 fará a divulgação do PPP à comunidade escolar nos espaço-tempo adequados, tais como: coordenação pedagógica coletiva, reunião de pais/responsáveis, nos conselhos de classe.

A avaliação da instituição e do Projeto Político-Pedagógico dar-se-á no decorrer de todo o ano letivo, em momentos previstos para esse fim, por meio de discussões e dinâmicas adequados. O registro das decisões será por meio de ata assinada por todos os participantes. Para que isso de fato se concretize, torna-se necessário o empenho e comprometimento de todos, inclusive, por meio da prática de autoavaliação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Manual Operacional da Escola Integral. MEC. Brasília – DF, 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

BRASIL.PRÓ-LETRAMENTO - Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Iniciais do Ensino Fundamental-MEC.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7352, de 5 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010, p. 1.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB N.º 1/2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Diário Oficial da União, Brasília, 15 mar. 2006.

_____. Ministério da Educação. Educação do Campo: Marcos Normativos. Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, Brasília, 2012.

BRASÍLIA. Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2ª Edição Brasília – DF, 2018.

BRASÍLIA. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens – BIA e 2º Bloco. Brasília – DF, 2014.

BRASÍLIA. Escola Integral: Ampliando e ressignificando tempos, espaços e oportunidades educacionais. SEEDF. Brasília – DF, 2012.

BRASÍLIA. Lei de Gestão Democrática – Lei nº 4.751 de 07 de fevereiro de 2012 e pela Portaria nº 98 de 27 de junho de 2012.

BRASÍLIA. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. MEC/Brasília, 2001.

BRASÍLIA. Projeto Político Pedagógico – Professor Carlos Mota – Secretaria de Estado de Educação. GDF\SEEDF. Brasília – DF, 2012.

BRASÍLIA. Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal. Brasília: SEE/DF.

CALDART, Roseli Salette. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. Porto Alegre, julho de 2015 (texto) - Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

DISTRITO FEDERAL. Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014a. 89

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Brasília, D.F.; 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para

as Aprendizagens: BIA e 2º Bloco. Brasília, D.F.; 2014c.

DISTRITO FEDERAL. Plano Distrital de Educação – 2015/2024

DISTRITO FEDERAL. LEI Nº 4.751, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 2019. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/01/Diretrizes-Ed-do-CampoSEEDF.pdf>

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos. 2019. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/1_pressupostos_teóricos.pdf

_____. Conselho Distrital de Educação – CDE. Plano Distrital de Educação – PDE 2015-2024. Governo do Distrito Federal, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf

_____. Guia Prático- Organização Escolar em Ciclos Para as Aprendizagens. Ensino Fundamental.

_____. Plano Pedagógico de Atividades Híbridas para o retorno das Escolas do Campo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2020.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 29ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: política, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOLINA, M. C.; SÁ, MOURÃO, L. S. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 259-267.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES BRASIL Resolução CNE/CEB n 2, de 24 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2008. Seção 1, p. 81.

Revista Chamada à Ação – Construindo o Sucesso da Escola. Edição Especial. Fundação Victor Civita/MEC. 1999.

SMOLKA, Ana Luiza; Imaginação, Lev S. Vigotski. criação na infância. 2009.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. SOARES, Enilvia R. Morato. Dever de Casa e Avaliação. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. 1987.